

## **5º CNEF – DISCURSO DE ABERTURA**

**Zélia Nunes**, Presidente do CNAPEF

Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desporto, em representação de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Administração Interna e Ministro Adjunto;

Exmo. Sr. Vereador em representação de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;

Exmo. Sr. Chefe de Gabinete de S. Ex.<sup>a</sup> a Senhora Secretária de Estado da Educação em representação de S. Ex.<sup>a</sup> a Senhora Secretária de Estado da Educação;

Exmo. Sr. Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais;

Exmo Sr, Presidente da Sociedade Portuguesa de Educação Física;

Exmo. Srs. Convidados;

Exmo. Srs Congressistas;

Colegas:

O Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física e a Sociedade Portuguesa de Educação Física fazem votos para que o 5º CNEF seja um momento alto e decisivo na reflexão dos profissionais de Educação Física.

Este congresso realiza-se num momento de grande significado para a Educação Física (EF) em Portugal: Comemoram-se os 60 anos de formação superior do INEF e 25 anos do Estatuto Universitário.

Ao longo destes anos a sociedade portuguesa mudou muito, resultado da dinâmica política e culturais que se reflectiram na nossa área.

Nessa dinâmica, a intervenção dos profissionais e o seu trabalho em diversos campos constitui um factor decisivo do desenvolvimento das actividades físicas.

Esta intervenção, também expressa ao nível da capacidade de organização dos profissionais de EF, culminou com a organização do 1º Encontro em Lisboa, em 1987 (Hotel Altis).

As alterações no panorama de formação dos professores e a promulgação da portaria/despacho que deixava para uma 3ª fase de construção, as instalações para a EF, foram o mote para a necessidade de organização do movimento associativo.

Em 1988, na Figueira da Foz, realizou-se o 1º CNEF. “O 1º CNEF é o culminar de um conjunto de acções que visam estimular os ideais e o património da EF no nosso país.” Foi assim desenvolvido o 1º CNEF. O que estava então em jogo?

- Ausência de orientações programáticas;
- Proliferação desajustada de cursos nas Escolas de Formação Inicial;
- Degradação ou inexistência de instalações;
- Falta de condições para a prática desportiva na Escola, com carácter regular e devidamente orientada.

Todos nós nos congratulamos quando em 1989 são aprovados os novos programas de EF e os 3 tempos semanais tomam força de lei.

No 2º CNEF, realizado em 1991, em Tróia, pela 1ª vez reuniram-se entidades de diversos quadrantes das diferentes áreas da EF.

Em 1994, em Ofir, o 3º CNEF debate-se, novamente, com a formação inicial e as correntes e tendências da EF e Desporto.

Em Fátima, em 1997, o 4º CNEF veio, no fundo, fazer um ponto de situação e antecipar os novos problemas de desenvolvimento da EF.

Em 1998, em Lisboa, no Congresso Extraordinário os profissionais de EF reuniram-se em torno de uma questão crucial: o desenvolvimento da EF Escolar, despoletada pela revisão curricular do Ensino Básico e Secundário.

#### O que mudou/melhorou?

-Entrada em vigor dos Programas Nacionais de EF, instrumento fundamental para a organização e desenvolvimento de EF.

- A construção de Instalações para a EF para garantir a extensão dos objectivos das matérias desta área estabelecida nos programas, viabilizando a dotação horária semanal de 3 tempos lectivos (como mínimo), permitindo, ainda, o desenvolvimento das actividades de complemento curricular.

Será no entanto necessário completar a rede de espaços para a EF reforçando o compromisso de equidade de oportunidades e dos efeitos da EF em todas as escolas.

- A existência de um programa de Desporto Escolar entendido este como a formação vocacional e sistemática com carácter facultativo e opcional.

#### O que não mudou/ melhorou?

- A proliferação dos cursos de formação de Professores de EF que não correspondem aos parâmetros de qualidade reconhecidos pelas estruturas científicas e socioprofissionais.

- O desenvolvimento de EF no 1º Ciclo, passados que estão 11 anos e apesar da existência dos Programas Nacionais, continuam a não ser dadas as oportunidades de aprendizagem nesta área.

A resolução destas duas questões é fundamental. Mas com a evolução novos e velhos problemas, novos desafios surgem:

- 1- A definição do nosso objecto de estudo e de intervenção profissional é urgente;
- 2- A dificuldade em estabelecer consensos sobre as nossas competências essenciais obriga a definir um quadro de referência;
- 3- A expansão dos empregos da nossa área sem qualquer qualificação critério de reconhecimento das qualificações e estatuto de profissão exige uma clarificação urgente de estatutos, carreiras, regimes de adesão e de progressão na carreira técnico pedagógica no domínio das actividades físico desportivas;
- 4- A investigação sobre as actividades físicas, a EF e os desportos não conquistam o reconhecimento de área interdisciplinar, merece pois uma abordagem significativa;
- 5- A multiplicação de modelos, currículos, programas de formação inicial implicam uma reflexão e tomada de posição por parte dos profissionais;
- 6- A revisão curricular em curso determina um acompanhamento, avaliação e adequação daquele projecto.

Assim, a reflexão que iremos desenvolver tem como objectivo encontrar consensos e produzir propostas congregadoras para a resolução dos constrangimentos detectados.

Exmos. Srs.

Para nós as competências essenciais são três:

- O domínio das actividades físicas;
- O treino e adaptação;
- A pedagogia das actividades físicas.

Elas estruturam e definem a nossa identidade. Por isso, para além desta moção sobre as Competências Essenciais e Identidade Profissional, colocamos à discussão outras 4 propostas:

### **1ª - Carreiras Profissionais e Condições de Trabalho**

Exigindo, como já referimos, uma clarificação de papéis que permita o exercício digno e ético das nossas competências na Especialidade e valor que nos cabem;

### **2ª – Investigação**

O reconhecimento da EF e desportos como tema específico no campo das ciências;

### **3ª – Formação Académica e Profissional**

A existência de uma Formação Inicial comum, de nível superior, em EF e Desportos que terá uma função **congregadora**, constituindo-se uma comunidade profissional com identidade comum.

O investimento numa formação contínua associada a mais elevadas qualificações e responsabilidades.

### **4ª – Revisão Curricular**

Em tempo de mudança, naquele que é o nosso campo profissional e, até à data, o único com a necessária regulação – a Escola, avançaremos com as propostas de organização da EF Escolar, norteadas pelos princípios fundamentais:

- Desenvolvimento da EF Escolar como actividade obrigatória centrada no domínio das Actividades Físicas como um conjunto de práticas ecléticas, inclusivas e de desenvolvimento multilateral em que se afectam factores de saúde, solicitando esforço físico e equilíbrio emocional em situações de cooperação e de conflito relacional regulado (do 1º ao 12º ano).

- Viabilizar a dotação de 3 horas semanais de EF, garantindo o mínimo de Actividade Física semanal, estabelecidos pelos grupos de consenso Internacional que têm produzido recomendações sobre esta matéria.

- Garantir uma avaliação em EF equiparada à das restantes disciplinas obrigatórias, nos níveis de escolaridade onde tal não se aplica.

- Desenvolvimento do Desporto Escolar como formação desportiva vocacional sistemática, com carácter facultativo e opcional.

Termino referindo que:

Pelo carácter insubstituível da EF, pelos seus valores educacionais, objectivos e práticas pretendemos contribuir com uma proposta que respeite e garanta todos os princípios enunciados e vá de encontro aos novos desafios da Organização Escolar.

Tal como escrevemos a sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Educação em Outubro de 1998 “trata-se, afinal da garantia de uma educação mais completa para todos, promovendo um estilo de vida mais equilibrado e saudável e, assim, mais adequado ao desenvolvimento das qualidades pessoais que dependem, decisivamente, da experiência escolar, como base de Educação e formação ao longo da vida”.

Uma última palavra:

O CNAPEF e a SPEF, sempre que solicitados, têm correspondido no seu papel de parceiros.

No entanto, não queríamos perder esta oportunidade para referir que entendemos que deverá existir um reforço no reconhecimento do papel dos representantes das instituições sócio profissionais e científicas que representam esta comunidade, no sentido de, tanto ao nível da tutela do Desporto, como ao nível da tutela da Educação, participarem com a sua reflexão e experiência para sustentar as decisões que competem ao poder político.

Muito Obrigado. Bom Trabalho